

Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional

Rennan Lanna Martins Mafra*

Resumo

Neste artigo, busca-se compreender os processos de mobilização social – movimentos essenciais de organização dos sujeitos em torno de causas sociais – como fenômenos comunicacionais. Para isso, orienta-se por uma perspectiva relacional da comunicação, aqui caracterizada por contribuições de Edgar Morin, Stuart Hall e Louis Queré. Nesse sentido, as discussões aqui empreendidas visam tecer um entendimento sobre tal perspectiva relacional (de modo a caracterizar o viés comunicacional escolhido) para, em seguida, buscar instrumentais conceituais que possam alargar a compreensão da mobilização social como um processo comunicativo.

Palavras-chave: Mobilização social. Comunicação. Perspectiva relacional.

* Relações Públicas. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Doutorando em Comunicação pela mesma universidade.

Introdução

A mobilização social é um fenômeno que tem sido cada vez mais visível e estudado nos nossos dias. Obviamente, não podemos considerá-la uma realidade apenas contemporânea, muito menos “inventada” pelas novas configurações sociais, uma vez que o processo de mobilização sempre perpassou por toda a história da humanidade. E nesse todo chamado “mobilização social” podemos inserir uma série de fenômenos que acontecem e aconteceram no decorrer dos tempos. Numa perspectiva muito ampla, podemos até considerar, a título de ilustração, que, desde que o homem descobriu suas potencialidades de agir no mundo e foi capaz de se reconhecer numa coletividade, ele se mobiliza junto aos seus semelhantes e compartilha desejos, sentimentos e ações, na tentativa de construir uma vida que lhe dê liberdade e autonomia.

Nesse sentido, para não cair numa visão generalizante e reducionista, estabelecemos um recorte conceitual e analítico: estamos sendo norteados pelas mobilizações sociais do tipo emancipatórias, ou seja, que se norteiam por princípios de autonomia e participação, no sentido de constituir sujeitos capazes de interferir no mundo e construir a própria realidade. Assim, a mobilização social, aqui compreendida, é um processo político, essencial numa sociedade democrática.

Vários campos do saber têm se ocupado desta temática no desenvolvimento de seus estudos. Podemos estudar, por exemplo, a mobilização social por um “olhar” da sociologia, da política, da economia. Neste trabalho, propomos caracterizar a mobilização social sob um “olhar comunicacional”. Consideraremos que a mobilização social, compreendida pelo ângulo da comunicação, está intrinsecamente envolvida com o estabelecimento de processos comunicativos entre os diversos atores sociais que compartilham determinada causa. E para deflagrar esses atos, que podem ser traduzidos como interações e trocas comunicacionais, os sujeitos utilizam os meios, linguagens e instrumentos com os quais convivem na sociedade, posicionados em lugares específicos, carregados de valores e materiais simbólicos que os constituem e constroem sua realidade.

No sentido de caracterizar melhor esse viés comunicacional do processo de mobilização, fazemos uma reflexão conceitual que diga de “onde estamos partindo” no campo da comunicação. Isso é fundamental para caracterizar e orientar nosso estudo, o que já de início nos incita a alguns questionamentos: como estudar a mobilização social com base na comunicação? O que torna específico estudar a mobilização social por um prisma da comunicação? Em suma, o que estamos declarando ser um *olhar comunicacional* sob os fenômenos?

Desse modo, podemos compreender, com base em autores como França (2002) e Braga (2001), duas *perspectivas* que podem orientar e organizar os instrumentais conceituais e metodológicos dos estudos em comunicação: uma *perspectiva informacional* e uma *perspectiva relacional*.

Guiados por França (2002), compreendemos que uma perspectiva informacional entende a comunicação como um processo de transmissão de mensagens de um emissor para um receptor, provocando determinados efeitos. Baseando-se nessa lógica transmissiva, os estudos contemplam o processo comunicativo de forma mecânica e separada; analisam-se, portanto, a lógica da produção, dos emissores, as características dos meios – evidenciadas por sua natureza técnica e modos operatórios; as mensagens e seus conteúdos; a posição e a atitude dos receptores, além de privilegiar os resultados (os efeitos da transmissão).

Uma perspectiva relacional caminha em outra direção. Nessa outra forma de tratar a comunicação entende-se que

[...] a comunicação compreende um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado por meio de uma materialidade simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos. (FRANÇA, 2002, p. 27)

O interessante dessa perspectiva é que, mesmo utilizando os mesmos elementos de uma perspectiva informacional (produção/emissão – mensagem/texto – recepção), ela objetiva buscar a circularidade e a globalidade do processo comunicativo, contemplando uma inter-relação intrínseca entre esses elementos. O processo comunicativo, numa perspectiva relacional, deixa emergir sua vida e seu dinamismo próprios, enxergando os interlocutores (produção/recepção) como instituidores de sentidos, que partem de lugares e papéis sociais específicos. Concluindo, França (2002, p. 27) ainda elucida que “a especificidade do olhar da comunicação é alcançar a interseção de três dinâmicas básicas: o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas); a situação sociocultural (o contexto)”.

Dessa forma, orientados por essa perspectiva relacional, nossas principais questões girarão em torno de buscar instrumentais conceituais que possam reforçá-la no entendimento da mobilização social por um olhar comunicacional. Para isso, ordenamos as discussões, basicamente, partindo de dois grandes esforços: a) selecionamos algumas das contribuições de Edgar Morin, Stuart Hall e Louis Queré no sentido de tecer e elucidar a perspectiva comunicacional que está nos guiando; e

b) com base no esforço conceitual desenvolvido, buscamos, enfim, de forma mais sucinta, caracterizar o estudo da mobilização social partindo de um olhar da comunicação.

Por uma perspectiva relacional da comunicação

A comunicação enquanto dinâmica complexa: as contribuições de Edgar Morin

O entendimento da comunicação como dinâmica relacional necessita de determinados operadores que permitam entender esse processo de forma não separada, interligada e global, compreendendo, enfim, a comunicação de forma complexa. E, para isso, o grandioso trabalho Morin (1997) sobre a complexidade se faz leitura obrigatória e necessária. Segundo o autor, pensar complexamente pode-se assim dizer que seja o primeiro passo para mudarmos nossa perspectiva de enxergar o mundo, as coisas e as relações; isso porque a história do mundo e do pensamento ocidentais foi comandada por um paradigma de disjunção e separação, retalhando a realidade e ao mesmo tempo simplificando-a.¹ Como a realidade é feita de laços e interações, o pensar simplificado acaba não conseguindo perceber a complexidade e “o tecido que junta o todo” (MORIN, 1997, p. 15). Assim, pode-se dizer que o pensamento complexo é um esforço certamente anticartesiano, que busca as relações e as interconexões entre as coisas, religando e rejuntando as partes que constituem o todo – que é a realidade.

Para isso, o autor indica operadores que nos permitem abordar a complexidade e que, por isso, representam a constituição da estrutura de um pensamento complexo. Enumeramos alguns que julgamos essenciais para caracterizar a perspectiva relacional da comunicação.

1. *A noção de sistema* – Pode-se caracterizar um sistema como um conjunto de partes diferentes, unidas e organizadas. Pensar a dinâmica comunicacional dessa maneira é perceber que este conjunto, este todo organizado, produz qualidades e propriedades que não existem nas partes tomadas isoladamente.²
2. *A circularidade* – essa ideia diz respeito ao caráter retroativo do sistema; mas, ao contrário de uma ideia linear de que toda causa tem um efeito, a circularidade sugere uma “causalidade circular”, na qual o próprio efeito volta à causa. Isso pode ser entendido pela ideia de recursividade, expressa por uma dinâmica relacional que

1 Quando fala desse paradigma, Morin (1997) se refere ao paradigma da ciência clássica, que concebe uma forma de pensar cartesiana, objetiva e racional. Esse paradigma vigorou e legitimou a constituição da ciência moderna na produção de conhecimento na sociedade ocidental.

2 “A vida é constituída de moléculas, mas a organização vivente tem qualidades que não podemos encontrar nas moléculas tomadas isoladamente” (MORIN, 1997, p. 17).

não tem um ponto de partida, representando, assim, uma ruptura com o “determinismo banal”. Dessa maneira, é possível entender a comunicação como um processo imbuído de circularidade e globalidade: percebemos um todo, com elementos distintos que não se fazem isolados e que são constituídos por uma inter-relação intrínseca; ou seja, eles se realizam e existem “em relação”.

3. O looping *autoprodutivo* – Morin (1997, p. 18) expressa belamente essa ideia da seguinte maneira:

Por exemplo, nós somos o produto de um ciclo de reprodução, que produz gerações após gerações. Mas, para continuarmos este ciclo, é necessário que nós, que somos produtos, nos transformemos em produtores. Portanto, neste sistema, o produto é ele próprio produtor. O efeito é ao mesmo tempo uma causa.

Assim, compartilhando a ideia de recursividade, o *looping* autoprodutivo sugere uma causalidade circular, e os próprios momentos do processo comunicativo não são vistos como estáticos, mas, sim, como vivos e em movimento. Isso faz com que seus elementos sejam ao mesmo tempo produtos e produtores de ambos, gerando constantes modificações a cada novo *looping*.

4. O operador *hologramático* – no holograma, se uma parte é retirada do todo do objeto, essa parte contém praticamente toda a informação do objeto.³ Quanto a isto, Morin (1997, p. 19) elucida que essa ideia não somente quer dizer que a parte está dentro do todo, mas que o todo está no interior das partes: “Nós mesmos somos indivíduos que estamos dentro da sociedade, mas a sociedade com um todo está presente em nós desde o nascimento”. Isso também indica, de forma clara, a análise da comunicação sob uma perspectiva relacional: por exemplo, tomando-se como recorte analítico o âmbito da produção, nele está presente o âmbito da recepção, e vice-versa, ou no âmbito da mensagem/texto estão presentes os elementos da produção/recepção.

Além de caracterizarmos a dinâmica relacional da comunicação pelo entendimento dos operadores da complexidade, é fundamental, também, buscarmos a contribuição de Hall (2003), que, partindo para uma análise sociocultural do processo comunicativo, certamente nos traz consideráveis análises e novos apontamentos, como veremos a seguir.

3 O mesmo não acontece, por exemplo, com uma fotografia: se retiramos uma parte da foto, ela não contém a informação de todos os seus pontos.

Encontramos em Hall (2003), além de uma nova proposta de análise sobre o processo comunicativo, uma crítica a uma perspectiva informacional (mesmo que essa crítica não esteja declarada com essa nomenclatura). O modelo que contempla um circuito comunicativo constituído por emissor/mensagem/receptor e que foi fonte de embasamento para uma série de estudos sobre a comunicação acaba se revelando linear e insuficiente: sua concentração no nível da troca de mensagens e nos efeitos que estas podem gerar não contempla os diferentes momentos do processo comunicativo como complexa estrutura de relações. Outra concepção da comunicação, moldada nas bases de uma teoria marxista, pode ser assim caracterizada, nas palavras de Hall (2003, p. 387):

É possível pensar este processo em termos de uma estrutura produzida e sustentada através da articulação de momentos distintos, mas interligados – produção, circulação, distribuição/consumo, reprodução. Isto seria pensar o processo como uma “complexa estrutura em dominância”, sustentada através da articulação de práticas conectadas, em que cada qual, no entanto, mantém sua distinção e tem sua modalidade específica, suas próprias formas e condições de existência.

Dessa maneira, a proposta do modelo “Codificação/Decodificação” contempla as esferas da produção/mensagem-texto/recepção como esferas articuladas, mas ao mesmo tempo posicionadas em contextos específicos na estrutura social. No âmbito da produção, determinado texto é produzido, ou melhor, “codificado”, com base nas estruturas de significação (que são constituídas pelos referenciais de conhecimento, pelas relações sociais e pela infraestrutura técnica presentes nesse âmbito) e recebido, ou melhor, “decodificado” no âmbito da recepção com base, também, em determinadas estruturas de significação (compostas pelos mesmos aparatos citados). Dessa maneira, é sob a *forma discursiva* que determinado texto circula: por meio das práticas sociais da produção, ele é formulado e, uma vez concluído e posto em circulação, é, então, traduzido – transformado de novo – em práticas sociais, para que assim o circuito se complete e produza efeitos. “Se nenhum ‘sentido’ é apreendido, não pode haver ‘consumo’. Se o sentido não é articulado em prática, ele não tem efeito”. (HALL, 2003, p. 388)

Assim, por mais que essa abordagem contemple o processo comunicativo como uma existência articulada de esferas diferentes, com modalidades

e condições de existência específicas, Hall (2003) chama a atenção para as relações de poder presentes nesse processo, evidenciadas, principalmente, pela posição privilegiada da forma discursiva da mensagem na esfera da produção. O quadro institucional da produção na sociedade e toda a rede de relações políticas e sociais de dominação presentes nessa esfera, certamente, marcam a configuração da mensagem: o texto é construído a partir de um referencial de sentidos e ideias, o que inclui, por exemplo, desde o conhecimento sobre as rotinas de produção, habilidades técnicas definidas, até as posições ideológicas presentes, o que faz com que determinadas opções estejam, assim, em dominância.⁴

Entretanto, mesmo que as estruturas de sentido da codificação e da decodificação não se constituam por uma identidade imediata e que os graus de determinação e autonomia na troca comunicativa dependam dos graus de simetria/assimetria (ou de equivalência/não equivalência) dos códigos que orientam a leitura e produção da forma discursiva, Hall (2003) não exclui a autonomia dos sujeitos e sua capacidade de interferir na dinâmica do processo comunicativo. Ele elucida que o âmbito da recepção da mensagem é também, ao mesmo tempo, uma esfera de produção: o discurso, a partir dos referenciais de sentido da recepção, é apropriado, reelaborado (ou decodificado) e novamente transformado em prática discursiva.⁵ Este processo também fundamenta a crítica a uma perspectiva informacional da comunicação que busca, na recepção, somente observar os efeitos da mensagem produzida:

Antes que essa mensagem possa ter um ‘efeito’ (qualquer que seja sua definição), satisfaça uma ‘necessidade’ ou tenha um ‘uso’, deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada. É esse conjunto de significados decodificados que ‘tem um efeito’, influencia, entretém, instrui ou persuade, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais muito complexas. (HALL, 2003, p. 390)

Assim, a esfera da recepção não pode ser lida com base em apenas critérios que busquem qualificá-la partindo de mera alteração comportamental. Com a reformulação de significados e a instituição de novas práticas sociais, o lugar da decodificação pode ser re-valorizado como um local de resistência, de produção de novos sentidos, de autonomia e da presença ativa dos sujeitos em face das suas próprias realidades.

4 “[...] os momentos de ‘codificação’ e ‘decodificação’, embora relativamente autônomos em relação ao processo comunicativo como um todo, são momentos determinados” (HALL, 203, p. 388).

5 Aqui podemos recuperar a ideia de *looping* autoprodutivo de Morin (1997): a produção faz circular um discurso que na recepção é decodificado e transformado novamente em prática discursiva, e assim por diante.

Dessa maneira, a descrição e o entendimento do processo comunicativo pelo modelo “Codificação/ Decodificação”, de Hall, nos leva a ampliar e caracterizar a perspectiva relacional da comunicação, “relacionando-a”, também, à estrutura social que a abriga.

Por um modelo praxiológico da comunicação: as contribuições de Louis Queré

Concluindo as contribuições de autores escolhidos para o entendimento da perspectiva relacional da comunicação, o trabalho de Queré (1991), talvez, seja o que mais elucidada, de forma didática e clara, quanto às principais características de uma dinâmica relacional comunicativa. Para isso, Queré (1991) aponta que a comunicação pode ser entendida sob a ótica de dois modelos: um modelo epistemológico ou representacionista e um praxiológico ou constitutivo.

Dessa maneira, o modelo epistemológico ou representacionista corresponde, neste trabalho, à perspectiva informacional da comunicação, pois, sob seus parâmetros, a comunicação é vista como um processo de transmissão de informações de um emissor/remetente a um receptor/destinatário. Queré (1991) elucidada que, de acordo com esse modelo, a comunicação quanto ao seu conteúdo é uma questão de aquisição, transmissão e tratamento da informação, e quanto à sua modalidade, é uma questão de suscitar no receptor/destinatário representações ou ideias semelhantes às do emissor/remetente. É também imprescindível que, para que haja comunicação, se deva ter uma boa aplicação do código, bem como uma transmissão de informações intencional. Dessa maneira, “a comunicação é bem-sucedida quando representações similares são produzidas junto ao comunicador e ao seu destinatário”. (QUERÉ, 1991, p. 4)⁶

Nesse modelo, segundo o autor, a comunicação percebe o mundo como já predefinido, com propriedades independentes da percepção e da atividade cognitiva dos sujeitos, que nada mais fazem que recuperar e reconstituir uma realidade já extrínseca. Assim, percebemos uma disjunção das ideias/pensamentos/descrições com aquilo que eles representam, ou seja, com o “mundo real”. Ele também contempla a existência de um “sujeito epistemológico”, que se relaciona com o mundo e com os outros por meio de uma postura de observação e de objetivação. A comunicação desse sujeito com os outros “[...] é essencialmente para modificar seus ‘ambientes cognitivos’, isto é, suas representações, e, por aí, desencadear comportamentos”. (QUERÉ, 1991, p. 5)

6 A referência do texto de Louis Queré corresponde ao original em francês, mas a paginação das citações refere-se à tradução ainda não publicada de Lúcia Lamounier Sena e Vera Lígia Westin, que circula no Departamento de Comunicação Social da UFMG

No modelo representacionista, a subjetividade ainda é concebida como uma realidade em si, já pronta e independente de suas atividades e interferências no mundo. Queré (1991) elucida que as subjetividades são diretamente acessíveis àquele que as possui, não implicando nenhuma mediação para seu entendimento e concretização como realidade interna. Assim, “a compreensão é então essencialmente uma questão de formação de representações adequadas ou de acesso àquilo que o comunicador tem no seu espírito (por observação e inferência)” (QUERÉ, 1991, p. 6). Nesse sentido, a língua serve somente como representante das coisas do mundo, sendo responsável apenas para fazer “escoar” uma realidade que já existe pronta, tanto no nível interno quanto no externo aos sujeitos.

Já no modelo praxiológico ou constitutivo da comunicação, caminha-se noutra direção (em conformidade com a perspectiva relacional da comunicação). Para começar, no modelo praxiológico a objetividade do mundo e a subjetividade dos agentes não são tratadas como dados *a priori*, mas, sim, relacionados “numa ‘atividade organizante’, mediada simbolicamente, efetuada conjuntamente pelos membros de uma comunidade de linguagem e de ação no quadro da coordenação de suas ações práticas” (QUERÉ, 1991, p. 6)

Assim, entendendo a comunicação não como um processo no qual estados intencionais são previstos, muito menos com mundos internos e externos aos sujeitos já definidos, o processo comunicativo passa a ser visto como essa “atividade organizante” tanto da objetividade do mundo quanto da subjetividade do sujeito. Essa desconstrução do esquema epistemológico da representação leva aos agentes – emissores/remetentes e receptores/destinatários, ambos interlocutores – a possibilidade de uma modelação conjunta e “encarnada” de suas intenções e comunicações, na formação de um mundo comum. Queré (1991, p. 7) afirma:

Quando falo de uma perspectiva comum, não espero nem uma concordância de pensamentos ou de opiniões, nem uma convergência de pontos de vista pessoais, mas o fato, para os parceiros, de construir juntos o lugar comum a partir do qual eles vão momentaneamente se relacionar uns com os outros, se relacionar com o mundo e organizar suas ações recíprocas.

Dessa maneira, para o modelo praxiológico, a comunicação é essencialmente um processo de organização de perspectivas compartilhadas, direcionando as ações e as interações entre os sujeitos. E a linguagem, antes vista apenas como elemento “escoador” entre os objetos já existentes, passa

a representar a própria “encarnação” dos sujeitos no mundo, representando não apenas um significado, mas, antes, abrindo o campo de significação das coisas. Assim, para o modelo praxiológico, a comunicação pode ser vista como uma prática que, ao se situar pelos sujeitos interlocutores, modifica-os e modifica a realidade que compartilham. Há com isso uma quebra da linearidade da comunicação, deixando, enfim, eclodir a dinâmica relacional das interações comunicativas.

Com essas valiosas contribuições de Edgar Morin, Stuart Hall e Louis Queré, tentamos caracterizar o que aqui chamamos de perspectiva relacional da comunicação, e declaramos, ainda, ser essa perspectiva a configuradora do “olhar comunicacional” capaz de apreender os fenômenos da vida e dar-lhes uma especificidade própria – a do campo da comunicação. Diante disso, como pensar a mobilização social como um processo comunicativo?

O estudo da mobilização social por uma perspectiva relacional da comunicação

Como uma prática historicamente constituída, a mobilização social é primordial para promover o processo de emancipação social, dotando os indivíduos de liberdade e autonomia na configuração de suas redes de relações e interações (MAFRA, 2006). Dessa maneira, tomando como referência o conceito de Toro e Werneck (1996), podemos entender a mobilização social como um processo de convocação de vontades para uma mudança de realidade, mediante propósitos comuns, estabelecidos em consenso. Ela envolve o compartilhamento de discursos, visões e informações e, por isso, exige ações de comunicação em seu sentido mais amplo. Nesse sentido, isso significa dizer que a mobilização como prática social envolve, necessariamente, o estabelecimento de redes de relações que somente é possível por meio de ações de comunicação.

Com isso, utilizamos, também, uma perspectiva relacional para compreendemos a mobilização social como essa dinâmica comunicativa. A complexidade do processo mobilizador, quando tomada por uma perspectiva informacional, não consegue ser apreendida em sua totalidade. Nesse sentido, as contribuições de Edgar Morin, Stuart Hall e Louis Queré são fundamentais, também, para caracterizarmos a dinâmica mobilizadora, como um processo relacional de comunicação. Em vários pontos, percebemos uma imbricação dos conceitos, e, aliás, se fôssemos sistematizar todos os pontos em comum, renderíamos certamente outro trabalho. Mas, de forma a retomar e sintetizar um pouco as discussões apresentadas nos tópicos anteriores, fazemos um

breve apanhado das principais ideias para, assim, caracterizar o processo de mobilização social.

A dinâmica mobilizadora é complexa. O envolvimento e a vinculação de sujeitos a determinada causa, certamente, não é um processo linear, pois o fato de determinada informação ser recebida por um sujeito não lhe garante o envolvimento e a disposição para se vincular à causa, principalmente porque causas sociais pretendem mudar realidades e instituir novos padrões de convivência com o mundo e com a sociedade. Por isso, o sujeito só pode pertencer a determinada causa se for capaz de compartilhá-la de forma intersubjetiva com outros sujeitos: somente assim, por meio de uma “atividade organizante” de modelagem de um mundo comum, é possível existir uma mudança na realidade dos sujeitos e da sociedade.

Quando falamos de sociedade, nos referimos a sujeitos inseridos em realidades específicas, com contextos e estruturas de sentido características e peculiares. Assim, para que os sujeitos se sintam parte de uma causa social, é preciso que eles, antes de tudo, compreendam a causa com base em um código inteligível que possa ser compartilhado (bem como compreendam os meios, linguagens e instrumentos utilizados). E, nesse sentido, uma lógica transmissiva revela-se completamente reducionista e deficiente. Dessa forma, é preciso que os próprios sujeitos, como interlocutores autônomos, apropriem-se dos discursos recebidos, reelaborem-nos para, a partir de então, trazê-los para as próprias realidades.

Assim, os próprios sujeitos, com base nesse processo de reelaboração na vivência cotidiana, vão moldando e remoldando a própria causa – que não é dada *a priori*, mas somente existe com base nas intervenções intersubjetivas. Certamente, esse não é um processo passivo; muito pelo contrário, a própria instituição de uma causa na sociedade, mediante a proposta de uma mudança na realidade, muitas vezes origina-se contra determinada ideologia dominante, o que constitui um quadro desenhado por uma tensão entre a dominação e a luta pela emancipação.

Assim, o processo de mobilização social é circular, dinâmico e recursivo; como num *looping* autoprodutivo, as interações comunicativas entre os sujeitos produzem e desenham novos formatos mediante um compartilhamento intersubjetivo da causa. E, para que as pessoas se sintam mobilizadas num âmbito social, é necessário que a causa, por sua vez, esteja ao mesmo tempo materializada simbolicamente em cada sujeito e no conjunto de todos os sujeitos reunidos.

O estudo da mobilização social por um olhar comunicacional, dessa forma, torna-se considerável e pertinente, a partir de uma perspectiva relacional da comunicação. Para concluir, cabe-nos destacar, na forma de tópicos, algumas considerações que, a nosso ver, configuram um “olhar comunicacional” ao processo de mobilização social.

1. A mobilização social como um fenômeno sócio-histórico, entendendo-a como elemento constituinte das principais práticas socio subjetivas contemporâneas, sendo capaz de deflagrar processos de emancipação social, dotando os indivíduos de liberdade e autonomia na configuração de suas redes de relações e interações.
2. A mobilização social como fomentadora de novas dinâmicas sociais abertas à participação de sujeitos, por meio de processos de identificação e vinculação intersubjetivos e compartilhados, para os quais é fundamental o estabelecimento e a constituição de redes e processos comunicativos.
3. A mobilização como um acordo que se dá entre sujeitos que, movidos por determinada causa, se reúnem, definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade. (HENRIQUES; BRAGA; MAFRA, 2004)
4. A mobilização social como um processo imbuído de globalidade e circularidade, constituída tanto pela presença de interlocutores que desempenham papéis e produzem e interpretam sentidos quanto por contextos nos quais se realizam trocas comunicacionais.
5. A ocorrência do processo mobilizador, compreendida pelo ângulo da comunicação, envolvida intrinsecamente com o estabelecimento de processos comunicativos, de naturezas e objetivos diferentes, entendendo a mobilização social essencialmente como uma prática comunicativa de organização de perspectivas compartilhadas e moldadas intersubjetivamente.

Social mobilization and communication: a relational perspective

Abstract

In this article, we seek to understand the processes of social mobilization – essential organizational movements of the subjects around social causes – as communication phenomena. To this end, it was guided by a relational perspective of communication, herein characterized by contributions by Edgar Morin, Stuart Hall, and Louis Queré. In this sense, the discussions encompassed herein aim at weaving an understanding of this relational perspective (in order to characterize the chosen communication bias) to then seek conceptual tools that can broaden the understanding of social mobilization as a communicative process.

Key words: *Social mobilization. Communication. A relational perspective.*

Referências

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: FAUSTO NETO, Antonio; PRADO, José Luiz Aida; PORTO, Sérgio Dayrrel (Org.). *Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. cap. 1, p. 11-39.

BRAGA, Clara; HENRIQUES, Márcio Simeone; MAFRA, Rennan. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES, Márcio S. (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FRANÇA, Vera R. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, L. G.; WEBER, M. H.; FRANÇA, V.; PAIVA, R. (Org.). *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Ed. UnB, 2002. cap. 1, p. 13-29.

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003. Parte 4, p. 387-403.

MAFRA, Rennan. *Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MORIN, Edgar. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo de (Org.). *Ensaio de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 1997. p. 15-24.

QUERÉ, Louis. D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique. *Réseaux*, Paris, n. 46/47, mar./abr. 1991.

RUBIM, Antonio Albino Canelaset *et al.* Análises. In: WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione; HOHLFELDT, Antonio (Org.). *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulinas, 2002. Cap. 4, p. 249-293.

TORO, A.; Jose Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Recursos Hídricos e Amazônia Legal; Secretaria de Recursos Hídricos; Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior (ABES), UNICEF, 1996.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 4. ed. Lisboa: Presença, 1995 *apud* FRANÇA, Vera R. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, L. G.; WEBER, M. H.; FRANÇA, V.; PAIVA, R. (Org.). *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Ed. UnB, 2002. Cap. 1, p. 13-29.